

O ESQUECIMENTO DE SEGUNDA ORDEM: SATURAÇÃO, ARQUIVO E A CRISE DO SIMBÓLICO NA ERA DIGITAL

José Edê Ribeiro Duarte

Graduando em Filosofia – Universidade Federal do Cariri (UFCA)

E-mail: edieduart65@gmail.com

RESUMO

Este artigo propõe o conceito de esquecimento de segunda ordem como uma categoria filosófica original que descreve a mutação da memória na era da saturação técnica e simbólica. Diferente do esquecimento clássico — vinculado à ausência, à repressão ou ao trauma —, o esquecimento contemporâneo não resulta da falha em lembrar, mas do excesso indiscriminado de lembrança técnica, promovido por bancos de dados, algoritmos, redes e dispositivos que arquivam tudo, inclusive o que não foi simbolizado. Este novo esquecimento, marcado pela hiperdisponibilidade, dissolve o sentido, desativa a narrativa e compromete a constituição subjetiva. A metodologia adotada é teórico-conceitual e hermenêutica, com articulação de diversas tradições filosóficas: o esquecimento ativo em Nietzsche, a memória narrativa em Ricoeur, o esquecimento do Ser em Heidegger, o arquivo em Derrida, a positividade em Byung-Chul Han, a inoperância em Agamben, a escuta ética em Levinas e a tradição em Gadamer. A tese sustenta que a saturação do registro técnico elimina a negatividade simbólica necessária à experiência, transformando o símbolo em interface e o conhecimento em performance. Como dramatização da hipótese, recorre-se à obra *O Último Grão de Areia* (ISBN: 978-65-266-1447-7), que encena uma vila fictícia onde tudo é arquivado, mas nada permanece como vivência significativa. Conclui-se que a filosofia, diante da falência do simbólico e da memória curatorial, é convocada a escutar o vestígio, sustentar o fragmento e curar o que resiste à codificação total. No tempo do excesso, resistirá quem souber escutar o que ainda pulsa.

Palavras-chave: Esquecimento de segunda ordem; Saturação simbólica; Arquivo digital; Ética da escuta; Filosofia contemporânea.

ABSTRACT

This article introduces the concept of second-order forgetting as an original philosophical category that captures a transformation in the nature of memory in the age of technical and symbolic saturation. Unlike classical forgetting—linked to absence, repression, or trauma—this contemporary form of forgetting results not from failure to remember, but from an indiscriminate excess of technical memory, fostered by databases, algorithms, networks, and devices that record everything, including what has never been symbolized. This new mode of forgetting, marked by hyperavailability, dissolves meaning, disables narrative construction, and weakens the formation of subjectivity. The methodology is theoretical-conceptual and hermeneutic, articulating diverse philosophical traditions: Nietzsche’s active forgetting, Ricoeur’s narrative memory, Heidegger’s forgetting of Being, Derrida’s archive, Byung-Chul Han’s positivity, Agamben’s inoperativity, Levinas’s ethical listening, and Gadamer’s notion of tradition. The central thesis argues that the saturation of technical storage erases the symbolic negativity essential to experience, transforming symbols into interfaces and know-

ledge into performativity. As an allegorical dramatization of the hypothesis, the article draws on the literary-philosophical work *O Último Grão de Areia* (ISBN: 978-65-266-1447-7), which portrays a fictional village where everything is archived, yet nothing retains existential depth. The article concludes that philosophy, in the face of the collapse of symbolic mediation and curatorial memory, is called to listen to the vestige, sustain the fragment, and curate what resists total codification.

Keywords: Second-order forgetting; Symbolic saturation; Digital archive; Ethics of listening; Contemporary philosophy.

RESUMEN

Este artículo introduce el concepto de olvido de segundo orden como una categoría filosófica original que describe una transformación en la experiencia de la memoria en la era de la saturación técnica y simbólica. A diferencia del olvido clásico —vinculado a la ausencia, la represión o el trauma—, esta forma contemporánea del olvido no surge de la incapacidad de recordar, sino de un exceso indiscriminado de memoria técnica, promovido por bases de datos, algoritmos, redes y dispositivos que lo archivan todo, incluso aquello que nunca ha sido simbolizado. Este nuevo tipo de olvido, caracterizado por la hiperdisponibilidad, disuelve el sentido, desactiva la construcción narrativa y compromete la constitución subjetiva. La metodología adoptada es teórico-conceptual y hermenéutica, articulando distintas tradiciones filosóficas: el olvido activo en Nietzsche, la memoria narrativa en Ricoeur, el olvido del Ser en Heidegger, el archivo en Derrida, la positividad en Byung-Chul Han, la inoperancia en Agamben, la escucha ética en Levinas y la tradición en Gadamer. La tesis sostiene que la saturación del registro técnico elimina la negatividad simbólica necesaria para la experiencia, transformando el símbolo en interfaz y el conocimiento en rendimiento. Como dramatización alegórica de esta hipótesis, se recurre a la obra *El Último Grano de Arena* (ISBN: 978-65-266-1447-7), que escenifica una aldea ficticia donde todo está archivado, pero nada permanece como vivencia significativa. Se concluye que la filosofía, ante el colapso de lo simbólico y la memoria curatorial, es llamada a escuchar el vestigio, sostener el fragmento y cuidar aquello que resiste a la codificación total.

Palabras clave: Olvido de segundo orden; Saturación simbólica; Archivo digital; Ética de la escucha; Filosofía contemporánea.

1. INTRODUÇÃO

A filosofia da memória atravessou milênios articulando os modos pelos quais o ser humano retém, elabora e perde o vivido. Desde Platão, para quem recordar era reencontrar a verdade ontológica esquecida pela alma, até Ricoeur, que vê na memória narrativa um processo ético de construção da identidade, a tradição filosófica sempre associou o esquecimento à ausência: à falha, à repressão ou à perda. No entanto, a contemporaneidade impõe uma inflexão radical. Em vez da escassez de memória, é a sua hiperabundância que ameaça a constituição do sujeito. A amnésia cede lugar à saturação; o vazio cede lugar ao excesso; a falha, ao acúmulo inoperante.

É nesse contexto que propomos o conceito de esquecimento de segunda ordem: uma categoria filosófica que não se define pela ausência de memória, mas pela sua saturação. Trata-se de um tipo de esquecimento que não decorre da falha do registro, mas de sua hiperfunção: quando tudo é salvo, tudo se torna indiferente. Longe de ser um déficit, este

novo esquecimento nasce do colapso do simbólico, provocado pela hiperdisponibilidade técnica e pela lógica da posituação absoluta dos dados. Se o esquecimento clássico é uma ameaça à identidade, o esquecimento de segunda ordem é a sua substituição por um arquivo sem sujeito.

Este deslocamento exige uma abordagem ontológica, epistemológica e ética. Ontológica, porque questiona o modo como o ser se manifesta (ou se dissolve) na era digital da transparência e da vigilância. Epistemológica, porque desafia os modos de produção e legitimação do conhecimento, hoje substituídos por mecanismos automatizados de arquivamento e exposição. Ética, porque convoca o sujeito a reaprender a escutar, a esquecer de forma vital, a cultivar o intervalo, o silêncio, o fragmento.

A originalidade desta proposta reside, portanto, na formulação de uma categoria não encontrada diretamente em Nietzsche, Heidegger, Ricoeur, Derrida ou Han, mas construída a partir do cruzamento crítico entre essas tradições. Enquanto Nietzsche concebe o esquecimento como força ativa e libertadora, nossa proposta expõe seu avesso patológico na hiperconservação contemporânea. Enquanto Heidegger alerta para o esquecimento do Ser em função da técnica, aqui se trata de mostrar como o simbólico é silenciado pela automatização da memória. E enquanto Derrida fala do arquivo como exclusão fundadora, o esquecimento de segunda ordem revela a exclusão que decorre do excesso.

A pesquisa adota uma metodologia filosófica teórico-conceitual, ancorada na análise textual de autores fundamentais da tradição continental. Utiliza ainda a alegoria literária como recurso de dramatização filosófica, especialmente por meio da obra *O Último Grão de Areia*, que encena uma sociedade em que tudo é registrado, mas nada é vivido. Trata-se, assim, de um texto que propõe uma tese original no campo da filosofia da memória e da linguagem, tensionando a relação entre arquivo, excesso e ruído.

A estrutura do artigo está organizada em nove seções. A segunda delimita e diferencia o conceito proposto em relação a outras abordagens do “esquecimento de segunda ordem”. A terceira aborda seu fundamento ontológico, articulando autores como Heidegger, Han, Agamben e Nietzsche. A quarta trata da dimensão epistemológica, centrada no colapso do saber narrativo e na curadoria algorítmica. A quinta examina a falência do simbólico na cultura digital do arquivo e sua substituição por objetos mercantis como NFTs. A sexta apresenta os desdobramentos éticos, com destaque para o cuidado com o vestígio, a crítica à escuta como privilégio e a prática do slow tech. A sétima encena, por meio da ficção, os efeitos concretos do esquecimento de segunda ordem. A oitava elabora as considerações finais. E a nona propõe uma abertura crítica e político-existencial frente ao que ainda pode resistir à codificação total.

Em tempos de excesso, talvez seja a filosofia — e apenas ela — quem ainda pode escutar o que resta.

2. DISTINÇÕES CONCEITUAIS: O QUE NÃO É O ESQUECIMENTO DE SEGUNDA ORDEM

Ao propor o conceito de esquecimento de segunda ordem como categoria filosófica, é necessário demarcar cuidadosamente o campo conceitual em que essa formulação se insere. Essa delimitação envolve não apenas a apresentação do que o conceito significa, mas também a crítica das concepções que poderiam parecer análogas, embora operem em registros distintos. Trata-se, portanto, de uma operação negativa preliminar: esclarecer o que não é o esquecimento de segunda ordem.

Em primeiro lugar, o conceito não deve ser confundido com a noção de esquecimento ativo em Nietzsche. Para Nietzsche, o esquecimento é uma força plástica da consciência, que permite ao sujeito viver e agir, sem ser esmagado pelo peso do passado. Esquecer, nesse contexto, é sinal de saúde. Já no caso do esquecimento de segunda ordem, trata-se do avesso dessa força ativa: não há libertação do passado, mas sua transformação em ruído irrelevante, fruto da compulsão em arquivar tudo. Não se esquece para viver — esquece-se porque tudo foi igualmente memorizado, a ponto de perder valor.

Também não se trata de um simples “esquecimento digital” ou de uma disfunção técnica na preservação de dados. Não está em jogo o desaparecimento de registros, mas sim sua proliferação automática e desqualificada. O esquecimento de segunda ordem se configura não como perda de informação, mas como perda de sentido, provocada pela impossibilidade de distinguir o essencial do acessório. A memória deixa de ser seletiva para se tornar acumulativa — e, por isso, inoperante.

Por outro lado, a noção aqui proposta também não se reduz ao conceito de amnésia coletiva. Esta última refere-se à omissão ou apagamento intencional de fatos históricos por razões ideológicas, políticas ou sociais. No esquecimento de segunda ordem, o problema não é o apagamento proposital, mas o colapso da memória simbólica em meio a uma avalanche de dados neutros, arquivados sem elaboração. O que desaparece não é o conteúdo, mas a estrutura narrativa que confere significância ao conteúdo.

Ainda, não se confunde com o esquecimento freudiano, ligado à repressão e à formação do inconsciente. Freud pensa o esquecimento como um recalçamento de conteúdos psíquicos insuportáveis, que retornam de maneira sintomática. Já o esquecimento de segunda ordem não retorna — ele permanece, mas como um ruído constante, como uma presença sem elaboração, como um dado que, embora não apagado, nunca é simbolizado. A ameaça, aqui, não é o inconsciente, mas a saturação do consciente pelo irrelevante.

Finalmente, o esquecimento de segunda ordem não se confunde com a ideia derridiana de “arquivo como exclusão”. Para Jacques Derrida, todo arquivo opera uma seleção: arquivar é, ao mesmo tempo, excluir. O poder do arquivo é o poder de escolher o que se torna memória institucional e o que se perde. O esquecimento de segunda ordem desloca essa lógica: não há mais exclusão — tudo é incluído, e por isso, nada permanece. O arquivo torna-se total, e justamente por isso, perde sua função simbólica.

Assim, o esquecimento de segunda ordem não é ausência de memória, nem falha psíquica, nem repressão histórica, nem recusa ativa. Ele é o resultado de uma superexposição do passado, de um presente incapaz de elaborar narrativas, de um sujeito afogado na compulsão de salvar tudo, sem saber o que merece ser lembrado. Ao invés de apagar, o esquecimento de segunda ordem hiperregistra e banaliza.

A partir dessas distinções, podemos compreender a singularidade filosófica do conceito proposto: ele indica um novo regime de memória — marcado não pela falta, mas pelo excesso; não pela omissão, mas pela saturação; não pela falha, mas pela redundância.

3. ONTOLOGIA DA SATURAÇÃO E DO ESQUECIMENTO

Pensar o esquecimento de segunda ordem em sua radicalidade exige abordá-lo não como mero fenômeno psicológico ou cultural, mas como mutação ontológica — uma transformação no modo como o ser se manifesta, se relaciona com o tempo e com o sentido. Trata-se, portanto, de interrogar a condição de possibilidade de um esquecimento que não é ausência, mas excesso; que não é falha, mas plenitude técnica; que não se caracteriza por apagamento, mas por visibilidade ininterrupta. A questão ontológica está no centro: como o ser resiste ou desaparece na era da hiperconservação?

Heidegger, em *Ser e Tempo*, nos alerta para o perigo do esquecimento do Ser diante da dominação técnica do ente. A técnica moderna, ao converter tudo em disponibilidade calculável, retira do ser sua abertura originária, sua temporalidade, seu caráter de mistério. O mundo se torna um estoque de dados, uma reserva manipulável. Nesse horizonte, o esquecimento de segunda ordem pode ser lido como a consumação do esquecimento do Ser: não apenas esquecemos o ser — entregamo-nos ao ente enquanto dado técnico, saturado de presença, mas esvaziado de sentido.

Esse mundo saturado, onde tudo é visível, armazenado, rastreável, não oferece mais espaço para o aparecimento do Ser como evento. A temporalidade do ser — que exige intervalo, memória, negatividade — é substituída pela cronologia automática do dado. Cada instante se acumula ao anterior sem elaboração. Tudo é imediatamente acessível, mas nada é esperável. O Ser, enquanto possibilidade de desvelamento, não se oculta por resistência, mas por superexposição.

Neste ponto, é possível relacionar a crítica heideggeriana com a noção de positividade total apresentada por Byung-Chul Han. Em obras como *A Sociedade da Transparência* e *A Expulsão do Outro*, Han diagnostica uma época marcada pela recusa da negatividade: não há mais silêncio, pausa, limite. Tudo deve ser dito, exibido, quantificado. A negatividade, condição do simbólico, é expulsa em favor da performance, da eficiência, da transparência. Nesse contexto, o esquecimento de segunda ordem emerge como efeito dessa positividade exaustiva: a presença contínua de tudo apaga a presença de qualquer coisa.

Han argumenta que o símbolo, para existir, precisa de negatividade — de silêncio, de ausência, de resistência. A positividade do dado técnico elimina essa opacidade. Arquiva-se tudo, mas nada é lembrado como símbolo. A ontologia da saturação, portanto, não é abundância de ser, mas carência de silêncio. O símbolo, sem o intervalo que o sustenta, torna-se apenas um sinal. A linguagem, sem negatividade, torna-se ruído. E a memória, sem esquecimento, torna-se arquivo morto.

Agamben também contribui para essa análise, especialmente ao pensar a inoperância como condição do humano. Para ele, o humano é aquele que pode suspender a função — aquele que não se reduz ao uso técnico das coisas. A técnica, ao contrário, opera o tempo todo. O esquecimento de segunda ordem pode ser visto, então, como o triunfo da operatividade sobre a experiência. Não há mais interrupção, não há mais espera. Tudo é função, dado, operação. A saturação técnica elimina a possibilidade da inoperância simbólica, e com isso, do próprio humano enquanto abertura.

O resultado é uma forma de existência que perdeu o contato com a finitude. Sem esquecimento, sem silêncio, sem espera, o tempo se transforma em acúmulo cronológico, não mais em história. A memória, em vez de sustentar a identidade, torna-se peso indistinto. O Ser, em vez de aparecer, desaparece sob o excesso de presença. A ontologia da saturação, assim, não revela mais — ela sufoca. E o esquecimento de segunda ordem não é falha do ser: é sua neutralização simbólica.

Essa mutação ontológica exige, portanto, que a filosofia assuma novamente seu papel originário: não o de armazenar saberes, mas o de proteger o Ser contra a sua redução ao dado. O esquecimento de segunda ordem nos convoca a pensar não apenas o que esquecemos, mas como o Ser pode desaparecer pela via do excesso, e não da falta.

4. EPISTEMOLOGIA E A CRISE DO CONHECIMENTO NARRATIVO

Se a ontologia do esquecimento de segunda ordem diz respeito ao modo como o Ser se oculta sob a saturação do ente, sua dimensão epistemológica trata da maneira como o saber se dissolve diante do excesso de informação técnica, desprovida de simbolização. A memória, enquanto forma de conhecimento, deixa de ser um processo narrativo e relacional para se converter em registro operacional. A epistemologia contemporânea, imersa em

dispositivos de arquivamento e performance, abandona a sabedoria em favor da eficiência estatística. O saber já não se constitui no tempo da elaboração — ele é acessado.

A memória, conforme Paul Ricoeur em *A Memória, a História, o Esquecimento*, só se torna significativa quando articulada em forma narrativa. A memória não é um banco de dados — é uma elaboração simbólica que ordena o passado e o inscreve no tempo humano. Nesse sentido, a memória é inseparável da linguagem, da seletividade, do juízo. Porém, o esquecimento de segunda ordem rompe essa lógica: tudo é arquivado, inclusive o que não foi simbolizado. A função narrativa cede lugar à simples indexação. O passado torna-se acumulativo, mas não inteligível.

A epistemologia do esquecimento de segunda ordem é, portanto, a epistemologia do saber interrompido. O sujeito não constrói mais conhecimento — ele consome dados. Não interpreta — acessa. Não elabora — compartilha. A experiência de saber se transforma em experiência de manipulação de interfaces. A relação com o passado, com o mundo e com o outro é mediada por algoritmos que não narram, mas selecionam com base em relevâncias de mercado. O critério não é a verdade — é a performance.

Nesse contexto, as tecnologias de curadoria algorítmica — especialmente em redes sociais — amplificam a saturação mnêmica. Feeds infinitos, sugestões personalizadas, notificações contínuas: tudo é projetado para evitar o silêncio, a pausa, a elaboração simbólica. O sujeito é aprisionado em um fluxo contínuo de estímulos que não organizam, apenas repetem. O scroll infinito é uma epistemologia do entorpecimento, em que a memória se fragmenta em pedaços desconexos, incapazes de se tornarem narrativa.

Ao invés de mediar o saber, os algoritmos assumem a função de editores impessoais da experiência, substituindo a escuta pelo clique, a elaboração pela velocidade, a memória pelo engajamento. A sobrecarga informacional, intensificada por esses dispositivos, gera efeitos psíquicos documentados: ansiedade, despersonalização, exaustão cognitiva. O sujeito, bombardeado por dados, deixa de desejar saber — deseja apenas não desaparecer.

Derrida, em *Mal de Arquivo*, aponta que todo arquivo implica exclusão. O que é arquivado, é também retirado do fluxo da vida, institucionalizado. No esquecimento de segunda ordem, no entanto, não há mais exclusão — há acúmulo total, e por isso, colapso. A memória institucionalizada por excesso já não opera como discernimento, mas como obstrução. O arquivo perde sua função de guarda simbólica e torna-se uma repetição sem destino.

Esse colapso da narrativa como forma de conhecimento tem implicações pedagógicas profundas. O ensino, que antes consistia na transmissão simbólica de sentidos, na construção de mundos possíveis, hoje se vê reduzido à repetição de conteúdos fragmentados. O educador já não narra — apenas transfere. O estudante já não escuta — apenas coleta. A linguagem perde sua potência formadora, e a formação se torna mera adaptação

a fluxos informacionais. O pensamento crítico é sufocado pelo excesso de vozes e pela escassez de silêncio.

A crise do conhecimento narrativo é, portanto, uma crise da subjetividade epistêmica. O sujeito não apenas deixa de saber — ele deixa de desejar saber. O desejo cede lugar à compulsão por atualização. O tempo do saber, que exige escuta, intervalo, repetição e esquecimento, é substituído pelo tempo da visibilidade imediata. Saber, hoje, é aparecer. Conhecer, é performar. E lembrar, é compartilhar. A episteme perde seu vínculo com a verdade e se dissolve na visibilidade operativa.

O esquecimento de segunda ordem, sob essa perspectiva, não é ignorância — é saturação de pseudo-saber. É saber demais sobre tudo e compreender nada. É a abundância de dados e a ausência de sentido. É o arquivamento absoluto que impede a memória viva. E o maior risco não é esquecer — é perder a capacidade de lembrar simbolicamente.

5. A CRISE DO SIMBÓLICO NA CULTURA DO ARQUIVO

Se o esquecimento de segunda ordem pode ser compreendido como o efeito de uma saturação da memória técnica, sua dimensão mais profunda manifesta-se no colapso do simbólico. O arquivo, enquanto instância fundadora da cultura — seja ele oral, escrito, imagético ou digital — sempre implicou uma tensão entre memória e esquecimento, entre permanência e silêncio, entre o que é guardado e o que é deixado escapar. Mas na era do registro total, essa tensão desaparece: nada escapa, e por isso, nada permanece como símbolo.

O símbolo, como ensina a tradição hermenêutica, não é apenas um signo — ele remete a uma alteridade, carrega um excesso de sentido, funda vínculos, sustenta narrativas. Ele opera pela sugestão, pela incompletude, pelo intervalo. Um símbolo não comunica diretamente: ele convoca. Sua força está na abertura. Mas na cultura do arquivo digital, onde tudo é imediatamente legível, visível e rastreável, o símbolo é substituído por signos operativos, cuja única função é permitir o processamento técnico da informação. O símbolo cede lugar à interface.

A transparência total, ideal técnico da era digital, não é apenas uma forma de controle — é um ataque à negatividade que sustenta o simbólico. Sem sombra, não há mistério. Sem silêncio, não há escuta. Sem lacuna, não há interpelação. A memória, reduzida ao dado, perde seu caráter ritual, seu vínculo com o tempo, sua função estruturante da identidade. E o que se conserva, conserva-se sem elaboração simbólica, tornando-se ruído, excesso, entulho.

Esse colapso simbólico se radicaliza com o surgimento de tecnologias como os NFTs (tokens não fungíveis) e os sistemas baseados em blockchain. Na promessa de garantir

originalidade e autenticidade no mundo digital, os NFTs transformam obras simbólicas — imagens, músicas, memes, poesias — em ativos escassos negociáveis. Mas o símbolo não é uma mercadoria: ele se sustenta na abertura, na evocação, na incompletude. O NFT, ao contrário, fetichiza o dado e o prende à lógica da propriedade técnica. O símbolo, antes vínculo, torna-se registro de posse.

O blockchain, por sua vez, é estruturado sobre a premissa da imutabilidade absoluta. Nada se perde. Nenhuma modificação é possível sem deixar rastro. Toda inscrição é eterna. Mas o simbólico precisa do esquecimento — precisa do silêncio, do intervalo, do não dito. A cultura do blockchain é o oposto da cultura do símbolo: ela arquiva tudo, inclusive o que deveria ser elaborado, esquecido, ritualmente apagado.

Essa mercantilização e fixação da memória agrava o quadro já descrito. Não se trata mais apenas de saturação técnica, mas de uma conversão da memória em capital simbólico literalizado. A lembrança torna-se bem de consumo. O passado é transformado em ativo especulativo. E o símbolo, em vez de criar laços, é resgatado como carimbo de exclusividade digital.

Por isso, o colapso do simbólico não é apenas um problema cultural — é uma crise do sentido, uma ameaça ao humano enquanto ser de linguagem, de silêncio, de ausência e de símbolo. O esquecimento de segunda ordem, como efeito dessa crise, é o nome dado à incapacidade de esquecer porque nada mais pode ser simbolicamente perdido. E sem perda simbólica, não há memória viva — apenas arquivo morto.

6. ÉTICA DA ESCUTA E CUIDADO COM O VESTÍGIO

Se o esquecimento de segunda ordem se manifesta ontologicamente como saturação do Ser e epistemologicamente como dissolução da narrativa, seu desdobramento mais urgente é ético. Diante do colapso do simbólico, da impossibilidade da escuta, do desaparecimento da negatividade, a questão que se impõe é: como habitar um mundo sem silêncio, sem intervalo, sem sombra? Como agir quando tudo já está dito, salvo, arquivado — mas nada permanece como experiência viva?

A ética, nesse contexto, não pode mais ser fundada em preceitos ou sistemas normativos. Ela passa a ser, como propõe Emmanuel Levinas, uma disposição para a escuta. Escutar, em Levinas, é acolher o outro como outro — como aquele que excede o saber, que escapa à totalidade do mesmo. A escuta, nesse sentido, é a condição da ética, porque ela suspende o poder, a categorização, a codificação. Ela cria espaço. O esquecimento de segunda ordem, ao contrário, elimina esse espaço ao converter tudo em presença total — inclusive o outro.

A ética da escuta é, portanto, uma forma de resistência. Resistência ao ruído, à compulsão da visibilidade, ao excesso de dados. Escutar, hoje, é sustentar o intervalo. É manter vivo o que não se deixa capturar. É, como diz Giorgio Agamben, tornar algo inoperante — suspender sua função imediata para que ele possa aparecer de outro modo. O cuidado com o vestígio é exatamente isso: acolher aquilo que sobra, que resiste, que não performa.

Contudo, essa ética da escuta e do fragmento esbarra em um paradoxo real: como escutar quando não há mais silêncio coletivo? Como sustentar o intervalo em ecossistemas digitais construídos para impedir o vazio? Essa inquietação tem levado pensadores contemporâneos, como Byung-Chul Han, a falar na “exaustão da alma” e na impossibilidade da contemplação na era da hiperatividade digital. A escuta se torna um privilégio de nichos conscientes, e não um horizonte viável em larga escala.

Nesse cenário, surgem movimentos que tentam reconstituir esse espaço ético — mesmo que em bolhas. O minimalismo digital, o uso consciente da tecnologia e o chamado digital detox apontam para uma resistência prática: não se trata de negar a técnica, mas de desacelerá-la para que o símbolo possa retornar. São práticas que não apenas criticam o excesso, mas tentam habitar o intervalo. O mesmo ocorre com projetos de slow tech, que priorizam qualidade simbólica ao invés de velocidade técnica: plataformas de curadoria humana, interfaces contemplativas, arquitetura digital voltada ao silêncio.

Ainda que localizados, esses gestos indicam que a ética do vestígio não está morta — mas é frágil. Exige esforço, disciplina, cuidado. E talvez, como afirma Bernard Stiegler, só possa sobreviver se for coletivamente cultivada, como quem planta memória em meio ao deserto da informação.

É também necessário perguntar: essa ética resiste globalmente ou é um luxo de quem pode desconectar? Como sustentar escuta simbólica em comunidades onde a urgência é a sobrevivência? Essa crítica não invalida a proposta — apenas mostra que a escuta precisa se articular com justiça. O cuidado com o vestígio, para não ser estético apenas, precisa ser político.

Nesse horizonte, a ética do esquecimento não é mais apenas filosófica. Ela é pedagógica, ecológica, afetiva, institucional. Ela exige espaços onde o símbolo seja mais importante do que o clique, onde o intervalo seja mais fértil do que o conteúdo. E essa criação de novas ecologias simbólicas pode ser o papel mais nobre da filosofia hoje: não explicar o mundo saturado, mas criar frestas onde ainda se pode respirar.

7. A ALEGORIA FILOSÓFICA EM O ÚLTIMO GRÃO DE AREIA

A literatura possui um poder raro: tornar visível o que o conceito apenas insinua, dramatizar o que a filosofia formula em abstração, corporificar as ideias em vozes, imagens

e afetos. Por isso, *O Último Grão de Areia* não surge aqui como mera ilustração da tese do esquecimento de segunda ordem, mas como sua encenação filosófica, uma espécie de alegoria onde o tempo, o símbolo e o ser já não se sustentam — e onde os habitantes de Areial Pardo vivem sob o peso do excesso de memória técnica, mas esquecem de sentir.

Na vila fictícia que ambienta o romance, tudo é arquivado. Nenhum gesto, palavra ou pensamento escapa ao registro. Existe um terminal público, onde os moradores acessam seus próprios rastros, seus “grãos de areia” existenciais, como se pudessem recompor suas vidas a partir do acúmulo de vestígios digitais. Mas esses registros não geram sentido — apenas reforçam o desamparo. Joaquim, o protagonista, é um homem comum que busca, entre os arquivos, um nome para o filho nunca reconhecido. Mas os registros, abundantes, são mudos. Há dados — não há escuta. Há memória técnica — não há simbologia.

Essa arquivação compulsiva torna-se um personagem da trama: o próprio arquivo é o vilarejo. Tudo é salvaguardado, inclusive o que deveria ser esquecido. Como efeito, os sujeitos tornam-se incapazes de elaborar seus próprios afetos, seus traumas, seus silêncios. A subjetividade se perde entre “arquivos de si mesmo” — restos cronológicos de uma vida sem mito. Areial Pardo é, assim, a metáfora do mundo atual: tudo registrado, nada vivido. Tudo nomeado, nada narrado.

Joaquim, em sua busca por sentido, encontra não uma resposta, mas um vestígio: um nome escrito à mão em um caderno rasgado, perdido entre os arquivos digitais. Esse fragmento analógico, não codificado, torna-se símbolo. Pela primeira vez na narrativa, algo não técnico convoca uma memória verdadeira — não porque restaura o passado, mas porque abre espaço para o encontro, o reconhecimento, o cuidado. Nesse gesto, o romance sugere uma saída ética: preservar o vestígio contra o arquivo.

A alegoria literária de *O Último Grão de Areia* reforça, portanto, a tese filosófica central deste artigo: o esquecimento de segunda ordem não é ausência de memória, mas ausência de símbolo. E a única forma de resistir a essa desarticulação simbólica não é memorizar mais, mas escutar o que sobrevive no intervalo, no fragmento, no grão que escapa da máquina.

A ficção mostra o que a filosofia conceitua: a urgência de recuperar a experiência simbólica do esquecimento. Não o esquecimento como falha, mas como ato ético de cuidado. Um gesto humano diante da inumanidade do dado técnico. Joaquim não encontra a verdade — encontra um traço. E esse traço é suficiente para restituir o sentido da ausência.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso teórico e analítico desenvolvido ao longo deste artigo buscou propor e sustentar o conceito de esquecimento de segunda ordem como uma categoria filosófica

original, nascida da necessidade de nomear uma mutação profunda na experiência contemporânea da memória, do saber e do simbólico. Diferente das abordagens clássicas do esquecimento — vinculadas à ausência, falha ou repressão —, a noção aqui formulada descreve uma forma de apagamento provocada pela saturação, pela hiperconservação, pela redundância de registros. Não se trata da perda da memória, mas da sua superabundância inoperante.

Ontologicamente, esse tipo de esquecimento se manifesta como a dissolução do Ser na lógica da técnica, onde tudo é convertido em dado, e nada permanece como mistério ou desvelamento. Epistemologicamente, o saber deixa de ser narrado, interpretado, escutado — passa a ser armazenado, acessado, monitorado. A narrativa dá lugar ao algoritmo, e o sujeito perde sua capacidade simbólica de elaborar o vivido.

A crise do simbólico, por sua vez, é o eixo que conecta essas transformações ontológicas e epistemológicas. Na era do arquivo total e da comunicação incessante, o símbolo é esvaziado de sua densidade evocativa. Ele já não convoca, não organiza, não interroga — apenas comunica, informa, indexa. A experiência do mundo, assim, torna-se literal, funcional, superficial. E nesse ambiente, a escuta, o silêncio, o vestígio — elementos centrais do pensamento filosófico — são apagados pela lógica da transparência absoluta.

É nesse ponto que a dimensão ética da tese se torna evidente. Escutar, hoje, é um ato de resistência. Sustentar o fragmento, acolher o vestígio, curar os restos — esses são os gestos que ainda preservam a possibilidade de uma relação autêntica com o sentido. A ética, diante do esquecimento de segunda ordem, não é mais a do dever ou da regra, mas a da hospitalidade simbólica: a escuta do que ainda não foi capturado. A filosofia, nesse cenário, deixa de ser produtora de sistemas para tornar-se curadora do esgotado.

A obra *O Último Grão de Areia* (ISBN: 978-65-266-1447-7), ao encenar literariamente essa tese, mostra como a linguagem ficcional pode se tornar espaço de elaboração filosófica. Areial Pardo, Joaquim, a criança sem nome — todos dramatizam o que este artigo conceitua: a vida submersa no excesso de memória técnica, onde o sagrado, o nome e a subjetividade se dissolvem no arquivo.

Em tempos de excesso, como já anunciado na introdução, resistirá quem souber escutar o que ainda pulsa. O esquecimento de segunda ordem, enquanto categoria filosófica, é mais do que um diagnóstico: é uma convocação. Convocação à escuta, à pausa, ao cuidado com o sentido que ainda não foi extinto. Não se trata de restaurar uma memória perdida, mas de habitar com responsabilidade o que resta.

9. PÓS-CONSIDERAÇÕES: ARQUIVO, DADOS E A LUTA PELO SIMBÓLICO

O esquecimento de segunda ordem não é apenas um sintoma de saturação técnica — é o reflexo mais agudo de uma mutação civilizatória, na qual o símbolo é subjugado pelo dado, e o tempo humano pela instantaneidade automatizada. Neste epílogo, mais do que concluir, é necessário reabrir o pensamento e delinear os contornos éticos, políticos e culturais de uma possível resistência.

A era do arquivo total é também a era da memória como mercadoria. A memória transformada em dado é passível de extração, precificação e venda, como denuncia Shoshana Zuboff em sua análise sobre o capitalismo de vigilância. Já não se trata de armazenar para preservar — mas de monitorar para explorar. Redes sociais, dispositivos móveis, cookies e algoritmos reconstróem biografias em tempo real, não para contar histórias, mas para prever comportamentos e induzir decisões. A subjetividade se torna previsível — e, portanto, operável. E nesse processo, o símbolo é o que mais atrapalha, pois ele convoca a pausa, o mistério, o desvio.

Diante disso, o cuidado com o vestígio precisa assumir sua dimensão política. Resistir ao esquecimento de segunda ordem não é apenas uma escolha estética ou filosófica — é um ato de desobediência simbólica. É recusar o ciclo de consumo de dados e retomar o direito à opacidade, ao silêncio, à irrepetibilidade. Nesse sentido, emergem movimentos concretos: arquivos comunitários, plataformas grassroots, redes de memória oral e iniciativas descoloniais que buscam reter o simbólico fora das engrenagens do capital informacional.

A pedagogia também é um campo estratégico. Em vez de formar acumuladores de dados, é preciso cultivar curadores de sentido. Propomos aqui uma pedagogia do silêncio — não como ausência, mas como ato ativo de criação de escuta, onde o conhecimento não nasce da pressa, mas do intervalo. O gesto de ensinar pode ser, ele mesmo, um gesto de desaceleração do mundo. Uma pausa onde o símbolo volta a ter densidade.

No campo estético, obras como *The Archive* (Zeynep Çelik), *Recycling Memory* (Esther Shalev-Gerz), ou mesmo ações artísticas que envolvem a destruição controlada de documentos afirmam outra política do arquivar: não o acúmulo total, mas a memória escolhida, elaborada, inscrita com responsabilidade.

Por fim, há uma dimensão existencial e fenomenológica da luta pelo simbólico. A saturação também é uma experiência do corpo. O tédio digital, os lapsos de atenção, os colapsos de memória são sintomas de uma presença que não se reconhece mais no que consome. Nesse ponto, até o tédio pode ser resistência: espaço de negatividade, intervalo onde o simbólico pode reaparecer.

Recuperar o simbólico é, portanto, mais do que uma nostalgia filosófica. É uma urgência antropológica. A filosofia não deve apenas diagnosticar a crise do arquivo — ela deve

proteger os restos, cultivar ruínas, sustentar brechas. Porque é na fragilidade do vestígio que o humano ainda se afirma. Porque mesmo quando tudo parece ruído, há ainda algo que pulsa, que espera ser escutado.

10. REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. **O uso dos corpos**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BYUNG-CHUL HAN. **A sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BYUNG-CHUL HAN. **A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje**. Petrópolis: Vozes, 2018.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DUARTE, José Ediê Ribeiro. **O Último Grão de Areia**. São Paulo: Clube dos Autores, 2025. ISBN: 978-65-266-1447-7.
- FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. São Paulo: Hucitec, 1985.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- HEIDEGGER, Martin. **Caminhos da floresta**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito: ensaio sobre a exterioridade**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Histórico

Recebimento do original: 06/04/2025.

Aceitação para publicação: 17/05/2025.

Como citar – ABNT

DUARTE, José Ediê Ribeiro. O esquecimento de segunda ordem: saturação, arquivo e a crise do simbólico na era digital. **Revista PsiPro / PsiPro Journal**, v. 3, n. 4, 2024. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15454079>